

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Melhorar a acessibilidade e cobertura do rastreio às doenças oncológicas e reforçar o controlo e prevenção das hepatites dos tipos B e C

Para reforçar a prevenção e intensificar os esforços de combate às doenças oncológicas, o Governo da RAEM lançou um programa gratuito de rastreio e prevenção para os quatro tipos de cancros mais comuns em Macau através de uma plataforma de rastreio integrado na “Conta única” e estabeleceu, em colaboração com instituições médicas, um programa de alerta para rastreios, melhorando assim a acessibilidade e a taxa de participação nos exames de detecção precoce de doenças.

Contudo, segundo os dados estatísticos do “Relatório Anual do Registo de Cancro de Macau 2024”, foram registados 2 630 novos casos de cancro neste ano, um aumento em comparação com o ano de 2023. Entre eles, os cancros mais frequentes e principais em Macau são os de pulmão, colorrectal, mama, próstata e tiroide; já os cancros que provocam maior número de óbitos são os do pulmão, colorrectal, fígado, mama e pâncreas. Muitos desses casos foram diagnosticados em fases intermédias ou avançadas, dado que os actuais mecanismos de rastreio continuam insuficientes. Assim, o Governo da RAEM deve aprofundar e concretizar os objectivos de prevenção e controlo com base na optimização dos actuais programas de rastreio das doenças oncológicas, alargar progressivamente a sua cobertura para mais tipos de cancros, expandindo efectivamente a rede de prevenção nos cuidados de saúde primários e salvaguardando de forma concreta a vida e a saúde de todos os residentes de Macau.

Mais, as autoridades referiram anteriormente que, embora cerca de dois terços das mulheres em Macau tenham realizado o rastreio do cancro do colo do

útero, no entanto, existe o problema de a idade do primeiro rastreio ser relativamente tardia, além do mais, metade das mulheres não terem o hábito de realizar rastreios regulares. É evidente que o actual modelo de rastreio enfrenta um entrave em termos de eficiência de cobertura, sendo difícil para certos grupos manterem exames periódicos devido a conflitos com os seus horários de trabalho ou à complexidade dos procedimentos médicos. Assim, para alargar ainda mais a rede de rastreio, o Governo deve introduzir e promover modelos de rastreio com elevada conveniência, melhorando efectivamente a acessibilidade ao rastreio e, assim, alcançar um novo avanço na taxa de cobertura.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. No “Plano de Acção para Macau Saudável”, as autoridades definiram metas e indicadores específicos para a eliminação da hepatite B e C até 2030, no entanto, até ao momento, ainda não foram implementadas quaisquer medidas concretas. Assim sendo, para além do rastreio periódico, o Governo deve dispor de medidas para reforçar a prevenção e controlo da hepatite B e C, por exemplo, tomar como referência o modelo de rastreio do cancro colorrectal, analisando os dados disponíveis na “Conta Única” e enviar alertas dirigidos a grupos etários de alto risco não abrangidos pela vacinação, combatendo assim o cancro do fígado na sua origem, garantindo que as metas de eliminação da hepatite sejam cumpridas no prazo previsto. O Governo vai fazê-lo?

2. O Governo lançou o “Programa Piloto de Auto-recolha de amostra de HPV” para avaliar o grau de aceitação dos cidadãos e para promover na comunidade o rastreio de cancros e as informações sobre a saúde das mulheres. Qual é o ponto de situação da implementação do referido programa-piloto e quando é que o Governo vai divulgar a respectiva calendarização?

3. Actualmente, o risco de incidência ou mortalidade associado aos cancros do estômago, da próstata e do pâncreas, entre outros, ainda não estão incluídos no rastreio periódico, fazendo com que muitos casos fossem diagnosticados em

fases intermédias ou avançadas, portanto, os actuais mecanismos de rastreio são manifestamente insuficientes. Assim sendo, com base nos actuais quatro programas de rastreio, nomeadamente, para o cancro do cólon, do pulmão, da mama e do colo do útero, o Governo deve estudar o alargamento do âmbito de cobertura dos serviços de rastreio dos outros tipos de cancros, promovendo, desta forma, uma intervenção precoce que permita aos residentes com necessidades específicas iniciar mais cedo a gestão da sua saúde. O Governo vai fazer isso?

12 de Julho de 2026

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Song Pek Kei